



**Proposição:** **REQ - REQUERIMENTO**  
**Número:** **008155/2025**

APROVADO
Em: 13/11/2025

José Márcio Lopes Guedes
PRESIDENTE

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário, nos termos regimentais, seja convocada uma Audiência Pública para discutirmos a Proposta de Emenda à Constituição 38/2025, que trata da Reforma Administrativa.

A presente audiência pública tem como objetivo promover um debate amplo e democrático sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 38/2025, conhecida como Reforma Administrativa, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

De acordo com estudos e análises apresentados por entidades sindicais e especialistas em políticas públicas, a PEC 38 representa uma ameaça direta à estrutura do serviço público brasileiro e ao acesso da população a direitos fundamentais, como saúde, educação, assistência social e previdência.

O texto da proposta - apresentada sob o discurso de "modernização" e "eficiência" - institui mecanismos de austeridade fiscal permanente, limita o orçamento destinado a políticas sociais, flexibiliza as relações de trabalho no setor público, enfraquece a estabilidade dos servidores e favorece a privatização e terceirização de serviços essenciais.

Entre os pontos mais preocupantes destacam-se:

a subordinação das políticas públicas a metas fiscais, retirando autonomia dos entes federados;

a possibilidade de demissão por insuficiência de desempenho, sem garantias de defesa;

a expansão dos contratos temporários e terceirizados;

o achatamento salarial e a retirada de direitos de aposentados;

e o esvaziamento das competências do Estado em favor de organismos privados e tecnocráticos.

Além do conteúdo da proposta, há preocupação com o caráter antidemocrático do processo legislativo, uma vez que as audiências públicas realizadas em Brasília ocorreram de forma restrita e sem a devida participação das representações sindicais e populares.

Diante da gravidade da PEC 38/2025, torna-se imprescindível que o Legislativo municipal também participe desse debate, avaliando seus impactos sobre os serviços públicos locais e sobre os servidores do Município de Juiz de Fora.

A audiência pública proposta pretende reunir representantes de sindicatos, universidades, servidores públicos, especialistas e parlamentares para discutir os reais efeitos da Reforma



Administrativa e fortalecer a defesa de um Estado comprometido com a justiça social, a valorização do trabalho público e a garantia de direitos.

Informamos ainda que as entidades convidadas serão: Sinpro, Apes, Sintufejuf, Sindute, Sinserpu, Sindsep. Caso haja alguma outra entidade a ser convidada informaremos posteriormente.

Palácio Barbosa Lima, 13 de novembro de 2025.

*Aparecida de Pinto*

Aparecida de Oliveira Pinto  
Vereadora Cida Oliveira - PT

